

E DEPOIS DO BEHAVIORALISM: O QUÊ?

(Considerações em Busca de uma Ciência
Política mais Realista)

JIM A. BARAK
AGAMENON BEZERRA

Numerosos trabalhos de ciência política, bem como de outras disciplinas sociológicas, freqüentemente giram em torno do *status* da pesquisa política. Ao lerem alguns destes trabalhos, muitos cientistas políticos tornam-se apáticos com relação ao conteúdo e logo se dedicam à leitura de ensaios mais substantivos e relevantes — quando não mais estimulantes e compensadores — em vez de continuarem engajados na leitura de estéreis discussões metodológicas. Tal afirmação não implica em negarmos que posturas metodológicas não possam determinar ou produzir trabalhos substantivos. Metodologia, diga-se de passagem, não é uma especialidade ou técnica esotérica mas a determinação do escopo e do método da inquirição política. De qualquer modo, somos da opinião de que o chamado “ecletismo metodológico” que muitos cientistas políticos dizem praticar geralmente, envolve um elevado grau de parcialidade com relação ao positivismo e ao cientificismo. Assim, apesar de alguns considerarem-se neutros ou céticos com relação a algumas das concepções positivistas, a maioria dos cientistas políticos contemporâneos parecem unânimes em suas preocupações com a pesquisa empírica, com a aplicação de técnicas quantitativas em seus trabalhos, com a objetividade científica e, — acima de tudo — com a imagem da ciência como objeto de leis

universais (ou pelo menos de generalizações) que possam relacionar fatores e variáveis e que facilitem previsão e controle nos seus campos de atividade.

Ultimamente alguns cientistas políticos têm demonstrado especial interesse na teoria sociológica da interação simbólica e na sua possível aplicação na pesquisa e teoria políticas. (1) Esse interesse merece de fato ser aplaudido e encorajado tanto pela orientação geral como pela contribuição específica que o interacionismo poderá trazer ao campo da investigação política. Igualmente importante são as implicações metodológicas que o interacionismo poderá trazer à ciência política, mesmo reconhecendo que, dada a validade do mesmo, algumas conseqüências negativas poderão advir à imagem que os *behavioralists* mantêm da ciência política como disciplina metodológica.

A teoria da interação simbólica entre o homem e a ordem social envolve uma visão da ação social como processo. O homem define as situações; a ordem social, por sua vez, é construída através de processos de interação envolvendo uma interpretação mútua entre os seres sociais. A teoria interacionista levanta sérias dúvidas com relação à probabilidade da ocorrência de leis sociais defendidas pela concepção positivista da ciência. Apresenta objeções, também, quanto à possibilidade ou probabilidade da realização de leis sociais do tipo imaginado e antecipado pela maioria dos cientistas políticos contemporâneos.

II

Não é possível — nem necessário — sumarizar neste trabalho a teoria sociológica da interação simbólica. (2) Basta, cremos, abstrair da teoria interacionista algumas proposições diretamente relacionadas com a metodologia das ciências sociais. Em primeiro lugar, segundo a teoria interacionista, os seres humanos agem de acordo com as suas interpretações de determinadas situações. Em segundo lugar, todos os seres humanos são possuidores de egos que lhes permitem fazer auto-orientação para si próprios. Assim, as pessoas, através deste processo de auto-orientação, desenvolvem uma consciência e uma habilidade para raciocinar sobre as suas próprias experiências. Em terceiro lugar, a interação social é um processo cumulativo e emergente cujo desenrolar depende principalmente de ocorrências anteriores juntamente com o surgimento de novos elementos incorporados ao processo — ou ação — em andamento.

A ação social envolve a participação de atores capazes de definir objetos e realizar ações de acordo com suas definições destes objetos. Suas definições, portanto, guiam seu comportamento, isto é, tais atores sociais não agem de acordo com significados atribuídos a estes objetos. Assim, indivíduos diferentes interpretarão a “mesma” situação diferentemente. O significado atribuído a determinadas situações não é uma coisa objetiva, mas o resultado da interação entre a pessoa e a situação. Daí por que a “mesma” situação pode resultar em diversas reações, dependendo de como esta situação é definida. Por isso podemos inferir que o comportamento não pode ser previsto simplesmente em termos de conhecimento e estímulo já que o resultado de qualquer comportamento depende de como um ator social ou grupo de atores reagirão a certas situações em determinado tempo e espaço.

O fator tempo é importante na interpretação do interacionismo pelo fato de as pessoas serem possuidoras de egos que lhes permitem realizar auto-orientação para si próprias. G. H. Mead, autor de uma penetrante teoria sociológica sobre o ego, explica este fato com bastante clareza. (3) Sua concepção sobre a dualidade do ser nos parece extremamente importante. De acordo com a formulação de Mead, a dimensão direta do ego representa o ator como aquele que decide, isto é, aquele que escolhe entre alternativas baseadas na consciência e no significado em termos de autodefinição de objetos. E a dimensão indireta do ego, ainda segundo a concepção de Mead (o “me” e o “mim”, por exemplo) representa o ser como objeto de reflexão, isto é, o ser como objeto visto pelo ego na dimensão direta.

O ego, se encarado como processo, consiste na capacidade individual de realizar auto-orientações, isto é, de observar as coisas, atribuir-lhes significados e agir na base da definição dos objetos ou coisas observadas. Daí por que o fator tempo (talvez “contexto” seja a palavra mais adequada) é importante, afirma Mead, isto é, porque as pessoas diferem entre si quanto ao reconhecimento, à sensibilidade e ao conhecimento das coisas. E a “mesma” pessoa difere em todos estes aspectos de uma situação — ou “tempo” ou “contexto” — para outra. Assim, a reação ou resposta a um estímulo X, por exemplo, será diferente em ocasiões diferentes não somente em termos de elementos especiais de situações diversas, mas também com relação à conscientização do ator (ou atores) a quem o estímulo é dirigido.

A interação social é um processo auto-renovador. Dois ou mais participantes estão sempre fazendo auto-orientação e julgamentos. Quando algo lhes vem à atenção, incluindo, particularmente, aspectos das ações de outros atores, eles continuamente revisarão suas avaliações e decisões. A interação social é um processo cumulativo no sentido de que primeiramente as seqüências cumulativas desenvolvem-se

para depois a ação surgir de uma interação anterior. Por isso, para uma melhor compreensão da ação social, é importante que se verifique a seqüência — o desenvolvimento genético, por assim dizer — da própria ação.

A interação social é um processo emergente e renovador. Tal processo poderá negar certas concepções presentes no seu começo e poderá produzir resultados não previamente antecipados. Isto vem a ser mais do que simples conseqüências imprevistas da ação social predeterminedada, já que elementos e propósitos genuinamente novos podem emergir da seqüência interativa.

Tais fatos podem, em princípio, causar certas dificuldades no que concerne à previsão social. Fatores ou variáveis são importantes somente até o ponto em que as pessoas os levam em consideração, ou em termos de como são definidos. Definições são entidades particulares a cada pessoa, assim como situações poderão também ser. Assim, algo que durante certo tempo tem produzido determinadas conseqüências não causará necessariamente as mesmas conseqüências durante um período diferente. Se as definições de atores sociais mudam, isto é, se seus autores resolvem mudá-las, as relações entre fatores e variáveis mudarão também. A realidade social não é uma entidade "sólida" composta de átomos sociais rigidamente ligados à relações causais; é, acima de tudo, uma entidade "líquida", por assim dizer, composta de crenças, atitudes e valores. Como já bem expressou W. I. Thomas, "Se as pessoas definem as situações como sendo reais, então elas são reais em suas conseqüências."

Tal afirmação não implica na negação da existência de proposições universais na vida social; nem tampouco implica em argumentar contra a noção de uma natureza humana comum. Mas os elementos comuns são processos ou "formas" de socialização — *sociation*, na expressão de Simmel — e não regularidades no comportamento humano. Tais formas ou processos como socialização, conflito, assimilação etc. podem ser universais, mas os conteúdos da vida social ou as manifestações particulares destas formas são únicas e especiais em situações empíricas.

A vida social somente pode ser compreendida, cremos, em termos destas configurações especiais. Não se pode abstrair fatores dos seus contextos históricos e sociais a daí tratá-los como variáveis independentes ou comparáveis. Admitimos também que o significado de um fator e seus efeitos só podem ser compreendidos em uma situação contextual, isto é, como um elemento — e não um determinante — de fluído de ação. Tal previsão, quando possível na vida social e na ciência social e política, surge do conhecimento estreito da vida e situações. Mesmo assim, tal previsão encontra-se normalmente à mercê de atores que mantêm as suas definições e interações constantes e daí não produzem elementos emergentes.

A conclusão a que chegamos de tudo isto é que leis sociais do tipo visualizado pela concepção positivista (*) da ciência são de impossível realização. Fatores sociais, repetimos, não podem ser abstraídos de configurações concretas e tratados como variáveis causais da ação social. Por isso, não importa quão precisas sejam as técnicas de análise estatística e quão cuidadosos sejam os meios através dos quais estas técnicas são empregadas, jamais haverá uma ciência da política considerada, por sua precisão, como uma *física política*. Esta impossibilidade resulta do fato de a natureza humana, assim como a natureza da vida do grupo humano, tornarem tal empreendimento impossível. (4)

Dada a impossibilidade de leis exatas do comportamento político, que se tornará, então, da ciência política como *ciência*? Se a ciência é reconhecida como conhecimento comprovado sobre o mundo empírico, então nada de anormal virá a ocorrer à ciência política. Somente a concepção positivista da ciência é que deve ser abandonada. Por outro lado, em termos de investigação política, talvez algumas mudanças básicas sejam necessárias, caso a concepção positivista da ciência seja realmente abandonada pela maioria dos cientistas políticos contemporâneos. No máximo, porém, o que poderá ocorrer será uma certa mudança de "rótulos" com relação a alguns trabalhos já empreendidos dentro da ciência política. Assim, os trabalhos quantitativos indubitavelmente poderão continuar a produzir os mesmos resultados que vêm produzindo atualmente. (5) Acrescente-se, entretanto, que até o presente estes estudos quantitativos ainda não produziram nenhuma lei que venha a ser útil para a previsão e controle dentro das ciências sociais. Na melhor das hipóteses os trabalhos quantitativos têm produzido dados e conclusões relevantes e úteis à compreensão de determinadas (ou particulares) situações. Em uma disciplina ideograficamente orientada, é provável que tais estudos possam continuar a contribuir no futuro tanto quanto o têm feito no presente.

Cientistas políticos freqüentemente se perguntam sobre a razão de a sua disciplina não ser mais cumulativa. Cada geração de cientistas políticos vê-se numa quase obrigação de criticar as realizações — ou falta destas — da geração anterior; e para provar a sua superioridade sobre aquela entregam-se a um esforço hercúleo para dar começo a uma "verdadeira" ciência política. Embora pareça estranho, — pelo

(*) Por positivismo nos referimos à abordagem quantitativa ou empiricista. Creemos, contudo, que a ciência política, qualquer que seja o seu enfoque, é sempre positiva no sentido de seu conhecimento ser adquirido através de observação e do método indutivo.

menos para os positivistas — o fato é que a ciência política *tem* acumulado bastante informação sobre política, o que tem possibilitado a muitos cientistas políticos oferecerem explicações cogentes. Entretanto, a ciência política não é uma ciência cumulativa no sentido de produzir um crescente corpo de leis sobre o comportamento político. A maioria dos cientistas políticos deplora tal situação e para remediá-la despendem consideráveis esforços no sentido de tornarem a ciência política mais científica. Tais esforços nos parecem em vão, pois a realização de uma *física-política* nos parece uma impossibilidade que jamais será superada. Conhecimentos de sistemas políticos particulares, explicações históricas, dados biográficos e conclusões sobre líderes políticos, — é isto o que vem a ser a ciência política. Ela pode ser uma ciência “acumuladora” mesmo que não seja uma ciência “cumulativa” no sentido referido acima. Daí por que não faz sentido criticar os precursores da ciência política por terem produzido trabalhos às vezes denominados de irrelevantes. Tais trabalhos geralmente surgiram ou eram realizados — ou limitados — pelas condições da própria época em que eram empreendidos. As suas preocupações e perspectivas não representam mais os problemas e opções da ciência política contemporânea.

O que se pode ganhar de uma ciência política ideograficamente orientada, consciente da impossibilidade de se criar uma ciência da política ou *física-política*, será no âmbito educacional. Em outras palavras, a formação de cientistas políticos contemporâneos poderá ser feita diferentemente do que ocorre atualmente. Os cursos de pós-graduação em ciência política encontram-se presentemente dominados pela concepção positivista. E os cursos em filosofia e metodologia que seguem uma orientação positivista são geralmente os únicos cursos obrigatórios na maioria das escolas de pós-graduação. Resultado: pouca atenção é dedicada à especulação filosófica ou à aquisição de técnicas necessárias para a compreensão da vida política diária.

Uma remoldagem ideográfica da ciência política permitiria a reformulação de programas de pós-graduação em sentido mais relevante. Não estamos propondo, diga-se de passagem, a inversão de tudo o que se fez até agora em ciência política para começar tudo de novo. O importante, antes de tudo, é estabelecer certo equilíbrio e pluralismo nos programas de pós-graduação em ciência política. Muitos departamentos de ciência política, por exemplo, pouco ou quase nada têm a oferecer no campo da história do pensamento político. Pouco esforço é despendido no desenvolvimento de métodos ou no ensino de técnicas de pesquisa ou na aquisição de alguma sofisticação filosófica.

Dentro da própria disciplina, valiosos trabalhos são menosprezados (geralmente com a alcunha de “jornalísticos”) simplesmente porque não seguem os critérios positivistas. Por outro lado, trabalhos

que pouco prometem e nada contribuem são empreendidos e elogiados ou porque seguem estes preceitos, ou porque empregam as técnicas adotadas pela orientação metodológica da filosofia positivista da ciência. Um enfoque ideográfico sem dúvida contribuiria para uma melhor compreensão do papel da política no mundo real e forneceria à ciência política melhores critérios para pesquisa. Um trabalho como *Social Origins of Dictatorships and Democracy*, de autoria de Barrington Moore Jr., poderia bem servir de modelo para eventuais estudos sobre revolução e desenvolvimento político em vez de um ensaio programado sobre a análise quantitativa de "fatores" correlacionados com tentativas revolucionárias. (6)

A desistência da realização de uma *física-política* poderia permitir aos cientistas políticos orientarem as suas energias para reflexões filosóficas e para a análise mais sofisticada e relevante da vida política contemporânea. (7)

NOTAS

1. Vide, para um resumo da teoria da interação Herbert Blumer, *Symbolic Interactionism* (Prentice Hall, 1969). Um trabalho mais recente em que o autor procura mostrar a validade desta teoria para a ciência política é o de Peter M. Hall, "A Symbolic Interactionist Analysis of Politics", *Sociological Inquiry* (Outono, 1972).
2. Hall, *op. cit.*; e Jim A. Barak, "Method in Political Sociology: Symbolic Interactionism in Political Science", (Tese de Mestrado defendida na Universidade de Saskatchewan, Regina, Canadá, 1970).
3. G. H. Mead, *Mind, Self and Society* (Imprensa da Universidade de Chicago, 1934).
4. Els por que os trabalhos de cunho comportamentalista são geralmente mais susceptíveis de contestação nos níveis de hipóteses e inferências do que no âmbito dos seus métodos e técnicas. O problema surge geralmente da aplicação inadequada de técnicas assim como de inferências não comprovadas.
5. Vide as interessantes observações de Jorgen Rasmussen, "Once You've Made the Revolution, Everything's the Same": Comparative Politics", in George J. Graham e George W. Carey (eds.) *The Post Behavioral Era: Perspectives on Political Science* (McKay, 1972), págs. 71-87.
6. Boston: Beacon Press, 1966.
7. Alvin Gouldner, *The Coming Crisis of Western Sociology* (Basic Books, 1970), págs. 481-512, sobre a necessidade de uma sociologia "auto-reflexiva".

CIÊNCIA & TRÓPICO

Publicação semestral do Instituto Joaquim Nabuco
de Pesquisas Sociais

Diretor: Mário Souto Maior

Preço do exemplar:	Cr\$ 20,00
Assinatura anual:	Cr\$ 35,00
Assinatura anual (Exterior)	Cr\$ 10,00

Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais
Avenida 17 de Agosto, 2187 — Casa Forte — Caixa Postal, 3477
50000 Recife — Pernambuco — Brasil

REVUE CONGOLAISE DES SCIENCES HUMAINES

Publicado pelo Centro d'Études de Sciences Humaines de
l'Université de Kisangani

Directeur: L. Beltran

Centre d'Études de Sciences Humaines (C.E.S.H.)
B.P. 2012 — Kisangani — Congo

CAHIERS D'ANALYSES SOCIOLOGIQUES

Publicação da Section de Sociologie de L'U.E.R. de Sciences
Humaines — Université Rabelais, Tours

Redator-Chefe — Jean Pierre Corbeau
3, Rue des Tanneurs — Tours — France